



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos diante de uma situação extremamente grave para o Brasil. A crise política é de alto volume. O Governo Temer não mantém as condições básicas para a continuidade da sua atuação.

Ao mesmo tempo em que o Governo aglomera impopularidade e um posicionamento contrário a ele de vários segmentos, com o acúmulo de protestos em vários e importantes setores, ele envia a esta Casa mensagens que ferem direitos dos trabalhadores e trabalhadoras com um único objetivo: não tendo apoio popular e não tendo origem no voto popular, o Governo Temer, marcado por corrupção, por malfeitos, por falta de explicações, por acordos espúrios, procura associar-se cada vez mais ao mercado com a falsa promessa de uma estabilidade que ele não tem condições de manter ou constituir.

Um dos exemplos dessa tentativa de agradar o mercado está aqui na reforma da Previdência. Em todos os sentidos encontramos inconsistências e inconstitucionalidade em uma perspectiva sistêmica da análise constitucional, quando observamos não apenas o § 4º do art. 60, cláusula pétrea do texto constitucional, mas também os arts. 194, 195 e 201.

O Governo não adota nenhuma medida com o sentido de melhorar as contas previdenciárias de forma a atender o verdadeiro e necessário cálculo a ser feito e que mostra que os valores de renúncia previdenciária são responsáveis por 50% do que o Governo considera déficit. Nós não consideramos esse déficit, e, na medida em que se faz uma leitura mais digna, direta e clara dos números, é possível observar que, somada a Seguridade Social, encontraremos, inclusive, superávit de cerca de 53 bilhões de reais.

O Governo provocará rombo maior na Previdência pública, porque está promovendo um desincentivo à participação no sistema daqueles que têm o melhor ganho. Ele quer na verdade segmentar os trabalhadores brasileiros, e somente os celetistas permanecerão, pela inexistência de outro caminho nesse próprio sistema.

O Governo visa quebrar a previdência pública para entregar para os bancos amplo quinhão do setor previdenciário brasileiro, sobretudo daqueles que têm maiores salários.



Mas para isso exagera em tudo na perversidade: determina 65 anos de idade como idade mínima e 49 anos de contribuição em um país de muitos desvalidos; quebra a noção de seguridade social com acesso universal e inclusivo; quebra a noção de equidade, de solidariedade na divisão do custeio, que não se dá apenas entre gerações, mas entre aqueles que têm maiores proventos e aqueles que recebem menores proventos.

O Governo desarticula a lógica de que o salário mínimo tenha ganhos reais e de que o salário do aposentado tenha vínculos com o salário mínimo. O Benefício de Prestação Continuada está sendo desarticulado, embora seja um dos pilares do estado de bem-estar social para o atendimento dos hipossuficientes

O Governo Temer acaba com a aposentadoria especial dos professores e professoras da educação básica; o Governo muda o benefício de pensões por morte; o Governo atinge os trabalhadores da agricultura familiar; o Governo é perverso, mau, ruim para os trabalhadores e trabalhadoras.

Não se diga aqui que não existem soluções para o equilíbrio, quando se deixam os grandes devedores, sobretudo os setores empresariais, sem a cobrança devida.

Jamais uma reforma da Previdência, jamais uma alteração constitucional desse naipe pode ser feita por um governo que não nasce do voto e que não tem legitimidade para isso.

Portanto, eu me inscrevi para dizer aos senhores e senhoras, em nome do meu partido, do Partido dos Trabalhadores, que nós sabemos que a reação aos malfeitos e à falta de caráter dos atuais governantes certamente terá a resposta devida da mobilização social e dos trabalhadores.

Nesta Comissão, na Comissão Especial ou no Plenário, nós atuaremos como faremos nas ruas, mobilizando os trabalhadores e trabalhadoras contra essa reforma previdenciária que não oferece expectativa para a juventude e que abandona os idosos brasileiros.

Viver mais é uma conquista dos brasileiros e brasileiras, uma conquista que nós ampliamos ano a ano. Viver mais com direitos é uma responsabilidade de um Estado social. Para que serve o Estado se serve exclusivamente aos



interesses do capital e do mercado e dá as costas aos brasileiros que o constroem, que contribuem para ele?

Nós sabemos que, com essa reforma da Previdência, o que teremos aqui é uma expectativa de morte, porque grande parte dos brasileiros não terá oportunidade de usufruir sequer do primeiro benefício previdenciário, sobretudo as mulheres do campo, de quem se cobram 10 anos a mais e que de sol a sol trabalham, as mulheres das cidades, as mulheres da agricultura familiar.

Nós não ficaremos quietos diante de tantos desmandos, nós denunciaremos, nós nos levantaremos e nós derrotaremos essa reforma da Previdência, porque ela é contra o povo brasileiro.

É a palavra do PT.

Muito obrigada.